

ORIENTAÇÕES DA UNESCO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO E DO CAMPO NA DÉCADA DA EDUCAÇÃO (1997 – 2007)

Kethlen Leite de Moura¹, Elisete Cristina Gonçalves dos Santos², Irizelda Martins de Souza e Silva³

Resumo: A partir de 1990, no âmbito das Nações Unidas, foram realizados eventos cuja tônica foi à Educação e a Formação de Educadores. Geraram documentos que estabeleceram políticas que asseguram a Formação de Professores. Conscientizar e desvelar os reais fundamentos, as propostas de Formação de Professores no e do Campo, e perceber as influências da organização vinculada a ONU, denominada UNESCO foi o desafio que empreendemos. Nessa perspectiva a pesquisa vinculada ao Projeto: Em Busca de Uma Política de Formação de professores no Brasil – orientações da UNESCO 1990, examinou as políticas de Formação de Professores para a Educação no e do Campo contidas nas orientações da UNESCO para o Brasil, na década da educação (1997 – 2007). A análise dos documentos foi priorizada para apreender e analisar em torno das principais justificativas governamentais no Brasil, que articula a formação de educadores do campo com as recomendações propostas pela UNESCO.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação no e do Campo. UNESCO.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre Formação de Professores para a Educação no e do Campo é complexa e propõe questões para reflexões e implicações nos documentos oficiais. Deriva de políticas educacionais que, a cada momento, vão conduzindo a educação e a formação de professores como desafios a se enfrentar. Na tentativa de apreender em que medida as políticas e os projetos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – podem influenciar a Educação brasileira e nos levou à proposta de examinar documentos desta agência na década da Educação (1997-2007). As Organizações das Nações Unidas – ONU – e a UNESCO, em destaque, têm revelado questões no mínimo controvertidas, pois as Políticas Públicas para a Educação, que são vinculadas ao meio acadêmico, levam-nos a observar que os traços que marcam a Educação estão estreitamente vinculados ao espaço urbano. Desse modo, a Educação do Campo tem que “se adaptar” muitas vezes para atender às reais necessidades dos indivíduos camponeses. Entendemos que a Educação no e do Campo se fazem “para” e

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia. Departamento de Teoria e Prática da Educação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Programa de Iniciação Científica PIC/CNPq-UEM. ketty1985@gmail.com

² Graduada no Curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual de Maringá, Programa de Iniciação Científica PIC/CNPq – UEM. lisabbarrossan@hotmail.com

³ Docente da Universidade Estadual de Maringá, adjunto ao Departamento de Teoria e Prática da Educação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. irizmss@yahoo.com.br

“com” esses indivíduos, envolvendo a cultura, a Educação, os meios de produção, enfim todas as suas especificidades, buscando a construção de um homem capaz de questionar e refletir sobre sua condição humana. Esses documentos e agências internacionais influenciaram e influenciam as políticas públicas brasileiras e mundiais, organizaram as formas de elaboração de projetos educacionais, cobrando e ordenando meios de avaliação e da divulgação desses resultados para que os países pudessem melhorar a qualidade do ensino e da Educação, baixando os níveis de analfabetismo, evasão escolar e repetência e concedendo melhoria na situação docente. Podemos destacar da pesquisa os seguintes documentos:

- Conferência Mundial de Educação para Todos – “Declaração de Jomtien” (1990) – que apontou a taxa de analfabetismo e destacou os nove países com índice mais alto, dentre eles, o Brasil, que fez algumas tentativas de elaboração de políticas para a necessidade da Educação Básica – NEBAS;
- Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1993-1996). Como resultado desta Comissão temos o documento: Um Tesouro a Descobrir – “Relatório Delors” (1996), que enfatiza as dimensões que a Educação deveria atingir no século XXI, para amenizar problemas de pobreza, desemprego e a exclusão social, dando grande ênfase ao “papel do professor”;

2 MATERIAL E MÉTODOS

O método a ser utilizado para realização desse artigo, foi a pesquisa documental, em fontes primárias, gerados na esfera da UNESCO, tornando – se um material de suma importância para apreensão das orientações de agências internacionais para que governos brasileiros locais, cumpram suas agendas em prazos estabelecidos. Interessando – se pela especificidade que as Políticas Públicas e os Programas de Ações podem trazer para a Formação de Professores para a Educação no e do Campo, os documentos estudados como principal fonte, estão acessíveis e disponibilizados por meio de relatórios da UNESCO. O tempo dedicado para tal pesquisa, as reuniões de estudo, e as discussões no Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GEPPGE, proporcionaram subsídios para a construção de conhecimento a respeito dessa temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatórios pesquisados e os objetivos por eles determinados, no que diz respeito à formação de professores para a Educação no e do Campo, são pensados na esfera mais ampla da sociedade e procuram apreender a relação entre o universal e o singular. Constatamos que a discussão sobre a formação de professores segue os ditames dos documentos produzidos internacionalmente a partir dos anos de 1990, os quais foram foco de nossas investigações. Tais documentos pautam o ensino como o principal responsável pelas mudanças econômicas e sociais que devem ocorrer ao longo do século XXI e colocam o professor como agente indispensável para essa promoção. Há uma produção intensa e diversificada de propostas que são veiculadas em nome da Educação, no que tange à formação de professores urbanos. No entanto, não podemos considerar que tratam da educação do e no campo, muitas vezes apresentada como “rural” ou “de zonas mais afastadas” e ainda “lugares de difícil acesso”. A UNESCO exerce com regularidade o seu papel de edificadora de ideias, firmando acordo entre os países com a intenção de disseminar e compartilhar informações e conhecimentos, visando ao trabalho em comum nas áreas da Educação, Ciência e Cultura. O acervo de princípios e normas e as orientações sobre a Educação têm constituído desafios às mudanças da realidade não bastando apenas construir salas de aulas, em países subdesenvolvidos, ou até mesmo

divulgar pesquisas científicas, seu maior intento é estabelecer critérios para se estabelecer a paz entre os homens.

4 CONCLUSÃO

Em meio à complexa expressão que é a Educação, os órgãos internacionais têm firmado diversos documentos que focalizam áreas específicas como a Formação de Professores. Essas recomendações abrangem timidamente aqueles educadores que atuam na área campesina. As políticas educacionais voltam-se na sua quase totalidade para a zona urbana, omitindo que os países em desenvolvimento têm outras necessidades. É preciso compreender o campo como parte integrante desses acordos e medidas educacionais a serem tomados nas necessidades de cada região do País. O maior desafio é construir um elo entre a Educação urbana e a Educação no e do Campo sem contudo dicotomizar campo e cidade. Avançar na elaboração de conceitos que tragam clareza, construindo, consolidando e disseminando novas visões sobre o rural e o urbano, diante de uma realidade que se constituiu pela relação entre campo e educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Brasília, DF: Cadernos SECAD 2, INEP/MEC, 2007.

GOMES, Cândido Alberto. **Dos Valores Proclamados aos Valores Vividos**: traduzindo em atos os princípios das Nações Unidas e da UNESCO para projetos escolares e políticas educacionais. Brasília, DF: UNESCO, 2001. Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação, 7.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, Jacques Delors. Lisboa: ASA, 1996.

UNESCO. Legislação, normativas, documentos e declarações. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990). **Plano de Ação de Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990.

RIZO, Gabriela. **Aprender a Ser Aprender a Reinventar**: caminhos da UNESCO para a era Global – o Relatório Delors, o Planejamento Estratégico Situacional e o Processo Civilizador. 2005. 225f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.